EIXO V – TICs em CTARs na formação inicial e continuada de Educadores/as de Trabalhadores/as Jovens, Adultos (Idosos) Emancipadores, em tempo de guerra híbrida

Ezequiel Antonio Rezende Pereira Neves e Maria Luiza Pinho Pereira

. **Relatório Narrativo – Debate Sobre Educação, Tecnologia e EJA**

O encontro teve como eixo central a discussão sobre a presença da tecnologia na educação, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os participantes destacaram, inicialmente, que pensar educação e tecnologia como elementos paralelos já se tornou insuficiente. A compreensão atual é de que **a tecnologia integra o cotidiano educacional**, assim como lápis e papel, e não pode ser vista como um acessório opcional. Foi enfatizado que a lógica de "usar ou não usar" tecnologia não corresponde mais ao mundo real, no qual crianças, jovens e adultos se relacionam com dispositivos e mídias digitais de forma contínua.

Apesar disso, observou-se que a escola muitas vezes se coloca como um espaço à parte da sociedade, mantendo práticas que desconsideram os usos tecnológicos presentes fora de seus muros. Parte dessa lacuna decorre de resistências criadas pelos próprios educadores, que, por desconhecimento ou desconforto, acabam afastando a tecnologia de processos pedagógicos. Pesquisas apontam que essa postura ainda é recorrente. Ao mesmo tempo, foi mencionado que políticas públicas, como a recente proibição do uso de celulares pelo MEC, precisam ser compreendidas em sua complexidade: trata-se de regular contextos, não de negar o potencial pedagógico dos dispositivos.

Outro ponto debatido foi o uso político e econômico da tecnologia. Algumas instituições, por oportunismo ou economia, utilizam modalidades tecnológicas apenas para reduzir custos, e não para qualificar processos educativos. Exemplificou-se como disciplinas são transformadas em propostas empobrecidas, nas quais um único professor assume áreas inteiras, como ocorre em alguns programas estaduais, gerando precarização do trabalho docente e fragilizando os direitos de aprendizagem.

Nesse sentido, argumentou-se que **o conceito de tecnologia precisa ser ampliado**, rompendo o fetiche da novidade. Tecnologias como quadro giz,

retroprojetor e até o caderno foram, em seu tempo, inovações disruptivas. Assim, refletir sobre tecnologia não deve se restringir a aplicativos e celulares, mas incluir também objetos clássicos cuja permanência demonstra sua relevância pedagógica. A preocupação central não é apenas operacionalizar instrumentos digitais, mas compreender **como eles influenciam subjetividades**, criam dependências, moldam ritmos cognitivos e reorganizam a própria experiência humana — como a redução da atenção sustentada e o consumo acelerado de conteúdos.

A discussão também abordou a exclusão digital. Enquanto muitas políticas demandam inscrições on-line, envio de documentos escaneados e participação em plataformas, grande parte dos jovens e adultos da EJA não possui domínio técnico para executar tarefas básicas. Isso produz uma segunda camada de exclusão: além da ausência prévia de letramento, enfrenta-se a barreira da alfabetização digital. Exemplos foram citados, como estudantes que não conseguem se inscrever em processos seletivos ou trabalhadores que perdem oportunidades de emprego por não saber usar o e-mail. Casos de idosos, adultos e jovens que só dominam aspectos superficiais da tecnologia — geralmente ligados ao consumo — também foram mencionados.

Além disso, o encontro trouxe reflexões sobre a relação intergeracional na EJA. Um relato marcante foi o de um senhor de 72 anos que valorizou a oportunidade de conversar com jovens durante uma atividade em círculo. A experiência revelou que a escola, muitas vezes, não cria espaços reais de diálogo intergeracional, apesar do potencial pedagógico e afetivo dessas interações. A fala indicou que o que parecia um encontro improvável tornou-se um aprendizado mútuo, mostrando que a convivência entre diferentes idades pode evitar conflitos geracionais e promover novas formas de construção coletiva.

Outra preocupação apresentada foi a crescente presença de adolescentes na EJA, fato que desafia concepções tradicionais sobre quem é o sujeito da modalidade. Há necessidade de discutir limites, especificidades e adequações de políticas, evitando tanto a exclusão quanto a infantilização desses jovens. Também houve críticas à tendência atual de separar o “adulto” do “idoso” em novas nomenclaturas, o que pode fragmentar a identidade política da EJA e produzir classificações que desconsideram a historicidade da modalidade.

A tecnologia apareceu, ainda, como instrumento fundamental na visibilidade de lutas sociais, como as retomadas de terras por povos indígenas, especialmente Guarani-Kaiowá. Vídeos e redes sociais têm possibilitado narrativas próprias, resistência e denúncia de forma autônoma, mostrando que a tecnologia, quando apropriada criticamente, pode ser ferramenta de emancipação.

Por fim, foi destacado que a tecnologia só cumpre seu potencial pedagógico quando associada à criatividade, à crítica e à formação emancipadora. O debate apontou que, se a escola não ensina a compreender e problematizar a tecnologia, o mercado ocupará esse espaço, formando sujeitos consumidores, e não cidadãos. O grupo reconheceu a urgência de repensar o trabalho pedagógico, fortalecer os direitos de aprendizagem e construir propostas que articulem tecnologia, trabalho e formação humana, evitando que a EJA continue a reproduzir exclusões históricas ou incorpore, sem reflexão, as lógicas do consumo e do produtivismo.

---

3. QUESTÕES DISPARADORAS

1ª Como podemos transformar o uso das TICs – hoje dominadas por grandes corporações norte-americanas – em uma prática de soberania político-pedagógica, que garanta autonomia cultural e tecnológica nas escolas públicas de EJA TRABALHADORES ?

2ª que passos imediatos podemos dar – como professores e formadores – para tornar a EJA TRABALHADORES um componente estruturante nas licenciaturas, vinculando o trabalho com Linguagens de TICs e CTARs às práticas de formação inicial e continuada?

3ª De que forma o uso crítico e o desenvolvimento criativo das linguagens tecnológicas pode fortalecer a consciência de classe e a organização dos sujeitos da EJA, transformando a sala de aula em espaço de resistência, memória e luta emancipadora?

Relatório Narrativo – Síntese das Questões Disparadoras

O conjunto de questões disparadoras apresentadas orienta reflexões centrais sobre o papel das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na EJA TRABALHADORES, especialmente no contexto contemporâneo marcado por disputas geopolíticas, avanço das plataformas corporativas e aprofundamento das desigualdades digitais. As perguntas não buscam apenas respostas técnicas, mas convidam a uma leitura crítica da tecnologia como campo político e como linguagem cultural capaz de fortalecer a emancipação dos trabalhadores.

A primeira questão provoca uma análise sobre como transformar o uso das TICs — historicamente controladas por grandes corporações norte-americanas — em práticas de soberania político-pedagógica nas escolas públicas. Ela aponta para a necessidade de desenvolver autonomia tecnológica, cultural e formativa no interior da EJA. A pergunta instiga a pensar estratégias que rompam com a dependência de plataformas privadas, promovam softwares livres públicos e ampliem a capacidade das comunidades escolares de produzir, gerir e circular seus próprios

conhecimentos. O foco é compreender a tecnologia como território de disputa e potencializar seu uso para a defesa do bem viver, da soberania e da cultura popular brasileira.

A segunda questão desloca o debate para a formação docente. Pergunta que passos imediatos professores e formadores podem tomar para que a EJA TRABALHADORES se torne componente estruturante das licenciaturas, integrando TICs e CTARs às práticas de formação inicial e continuada. Esse disparador evidencia a urgência de incluir a modalidade como eixo formativo e não como apêndice. Reivindica que a formação de futuros educadores incorpore metodologias críticas de uso das tecnologias, compreendendo os trabalhadores estudantes como sujeitos históricos e produtores de cultura. Essa questão reforça que nenhuma política de autonomia tecnológica se sustenta sem educadores preparados para mediar processos emancipatórios.

A terceira questão articula os sentidos das duas primeiras ao perguntar de que forma o uso crítico e criativo das linguagens tecnológicas pode fortalecer a consciência de classe e a organização dos sujeitos da EJA. A provocação reconhece a sala de aula como espaço de resistência, memória e construção de identidades coletivas. Propõe que as tecnologias não sejam tratadas apenas como instrumentos individuais, mas como meios de criar redes de solidariedade, registrar histórias, denunciar desigualdades e fortalecer movimentos sociais. Essa questão aponta para o horizonte político da EJA integrada ao trabalho, sugerindo que as linguagens digitais podem ser usadas para produzir narrativas próprias, formar consciência crítica e sustentar lutas emancipatórias.

Em conjunto, as três questões formam um núcleo reflexivo que orienta práticas, políticas e pesquisas. Elas afirmam que a tecnologia, quando problematizada e reinventada pelos trabalhadores, pode deixar de ser mecanismo de controle e se tornar instrumento de autonomia, organização e transformação social dentro da EJA.

Resumo :

Contribuições do Eixo Temático V para a Construção de uma Política Nacional de Formação de Educadores de EJA e para a Ampliação da Disciplina Obrigatória de EJA nas Licenciaturas

VI Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos

O **Eixo Temático V** – voltado às **TICs em CTARs na formação inicial e continuada de Educadores/as de Trabalhadores/as Jovens, Adultos e Idosos em contextos**

de guerra híbrida – apresenta contribuições decisivas para orientar a construção de uma Política Nacional de Formação de Educadores de EJA e fortalecer a institucionalização da disciplina de EJA como componente obrigatório nos cursos de licenciatura em todo o país.

1. Ancoragem teórico-política para uma política nacional de formação

O Eixo V reúne fundamentos que reafirmam a EJA como campo político-pedagógico comprometido com a emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. Suas reflexões sobre soberania tecnológica, guerra híbrida, educação popular, cultura digital crítica e defesa do bem viver fornecem diretrizes sólidas para uma política nacional contemporânea, conectada à realidade geopolítica e às desigualdades estruturais que incidem sobre a EJA.

2. Centralidade das TICs livres como princípio formativo

Ao defender o uso crítico e emancipador das Tecnologias da Informação e Comunicação, priorizando software livre, produção comunitária e autonomia digital, o Eixo V amplia a compreensão de que a formação de educadores de EJA deve integrar competências tecnológicas alinhadas ao projeto democrático e ao trabalho criativo. Isto fortalece o argumento para que a disciplina de EJA nas licenciaturas não seja restrita a aspectos histórico-legais, mas inclua práticas pedagógicas digitais, redes de aprendizagem e linguagens tecnológicas como parte estruturante.

3. Integração entre formação inicial e continuada

O Eixo V demonstra que a formação docente para a EJA exige continuidade e integração entre universidade, escola pública e territórios de trabalho. Essa perspectiva contribui para que a Política Nacional de Formação adote modelos articulados de formação inicial e continuada que contemplem experiências de CTARs, desenvolvimento de projetos digitais, laboratórios de mídias criticas e participação em comunidades de aprendizagem em rede.

4. Fortalecimento da EJA como política de direitos

As discussões evidenciaram que o compromisso com os direitos humanos, a reparação histórica e o combate à guerra informacional é central para a EJA. Ao incorporar esses elementos, o Eixo V oferece fundamentos para que a disciplina obrigatória de EJA forme educadores capazes de compreender os estudantes como sujeitos de direitos, trabalhadores e portadores de saberes, reforçando a relevância da EJA nas licenciaturas como eixo de justiça social.

5. Produção de conhecimento e inovação pedagógica

O Eixo V mobiliza autores como Paulo Freire, Pierre Lévy, Dowbor, Pascal Galvani e o Grupo CTAR, contribuindo para consolidar a EJA como campo científico do trabalho, da cultura e das tecnologias. Essa base teórica sustenta a ampliação da disciplina obrigatória de EJA, incentivando pesquisas, estágios, práticas extensionistas e metodologias inovadoras que articulem TICs, memória, identidade e organização popular.

6. Diretrizes e subsídios para as licenciaturas

O conjunto de reflexões do Eixo V possibilita definir parâmetros para reorganizar currículos de formação docente, tais como:

- inclusão de conteúdos sobre soberania tecnológica e cultura digital crítica;
- articulação entre EJA, trabalho, ciência e tecnologias sociais;
- práticas pedagógicas baseadas em CTARs e redes colaborativas;
- uso de metodologias ativas, projetos integradores e mídias educativas livres;
- desenvolvimento da consciência de classe e da leitura crítica do território;
- estímulo à autoria, à criação de conteúdos digitais e à memória dos trabalhadores.

Esses elementos reforçam a necessidade de que a EJA se torne disciplina obrigatória, ampliada e valorizada nos cursos de licenciatura.

7. Contribuição estratégica para a consolidação da EJA nas universidades

O Eixo V aponta caminhos para que a EJA seja assumida institucionalmente como área permanente das universidades públicas, articulando ensino, pesquisa e extensão e colaborando com redes de educação e movimentos sociais. Essa visão estratégica fundamenta a defesa de sua inclusão ampliada nos projetos pedagógicos dos cursos de formação docente.